Representação Parlamentar do Partido Popular Monárquico Açores

Comunicado

(A Representação Parlamentar do PPM exige a imediata demissão do Secretário Regional da Educação e Cultura, Avelino Meneses, na sequência da recusa do mesmo em comparecer nas audições planeadas no Parlamento dos Açores)

O Secretário Regional da Educação e Cultura, Avelino Meneses, é um homem que despreza o parlamentarismo, a autonomia regional e não possui qualquer capacidade de diálogo. Um homem com este perfil não tem as condições democráticas mínimas para exercer funções políticas no âmbito de um Estado democrático.

Recorde-se, a este propósito, as declarações que Avelino Meneses proferiu, no dia 23 de fevereiro de 2015, numa sessão do Parlamento Jovem: **"A culpa (...) é de todos os que se sentam neste hemiciclo e que, não raras vezes, servem a todos vocês, o mais triste dos espetáculos, ou seja, o espetáculo da vitória do interesse pessoal sobre a conveniência coletiva, do insulto sobre a decência, da estupidez sobre a inteligência".** A frase constitui um decalque - palavra por palavra – das habituais tiradas de Oliveira Salazar a propósito dos malefícios da democracia e do parlamentarismo.

Sendo este o pensamento intrínseco deste político, não constitui para a Representação Parlamentar do PPM novidade a incapacidade de dialogar e os tiques salazaristas de que deu provas ao longo dos últimos quatros anos na secretaria da educação. A recusa em dialogar com os sindicatos de professores e os atos ilegais e de coação que mandou exercer sobre os docentes no âmbito das greves em curso são atos que só surpreendem os que não conhecem o ADN político de Avelino Meneses.

Nada mudou no pensamento político deste dirigente apesar da sua "superior inteligência" não ter resolvido nada no sistema educativo regional. Pelo contrário, os problemas agravaram-se e os resultados

obtidos pelo sistema educativo regional afastaram-se ainda mais da média regional.

É neste contexto – e no âmbito deste histórico degradante – que deve ser analisado o seu mais recente ato de total desrespeito pelo Parlamento dos Açores. O BE e o CDS/PP apresentaram requerimentos junto da Comissão de Assuntos Sociais a solicitar a audição urgente do Secretário Regional de Educação e Cultura, respetivamente a propósito "das instruções da tutela para a realização dos conselhos de turma (avaliações finais) no decorrer da greve de professores em curso" e a respeito "das recentes e continuas manifestações de protesto dos professores que decorrem a nível nacional, inclusive na Região Autónoma dos Açores, assim como as declarações prestadas por parte da tutela relativamente à recuperação do tempo de serviço".

As audições foram agendadas para o dia 6 de julho dada a urgência de análise das questões a abordar. No início da madrugada de hoje, a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais informou que afinal o Secretário da Educação e Cultura não comparecerá nas audições agendadas alegadamente "por motivos de imprevisto inadiável". Uma breve análise à Agenda Oficial do Governo Regional permite verificar que o membro do governo em questão continua com a agenda livre na data em questão.

Ou seja, a audição tornou-se politicamente incómoda para o Secretário da Educação e Cultura. Nestas circunstâncias, Avelino Meneses decidiu cancelar, de forma unilateral e sem uma explicação minimamente plausível, a audição parlamentar, sem sequer se dar ao trabalho de apresentar uma data alternativa para a realização da mesma. Trata-se de um ato que revela um desrespeito inconcebível pelo parlamento dos Açores e pelo funcionamento democrático das instituições. Avelino Meneses furta-se assim a um processo de fiscalização parlamentar que tem o dever estatutário e cívico de respeitar.

Este comportamento não pode ser tolerado, até porque não é a primeira vez que o Secretário da Educação e Cultura desrespeita o Parlamento dos Açores. Nesse sentido, a Representação Parlamentar do PPM considera que o Secretário Regional da Educação e Cultura não

tem condições políticas para permanecer no Governo dos Açores. Exigimos a sua imediata demissão.

Corvo, 5 de julho de 2018

O Deputado do PPM,

Paulo Estêvão